

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 24 de março de 2015

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota Explicativa	31/12/2014	28/02/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.766	18.525
Títulos e valores mobiliários	4	26.592	6.163
Contas a receber de clientes	5	5.461	10.044
Partes relacionadas	6	195	3
Estoque	7	85	-
Bens destinados a venda	7	4.852	-
Outros créditos		1.103	889
Total do ativo circulante		112.054	35.624
Não Circulante			
Outros créditos		418	50
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	9.007	605
Imobilizado	8	5.452	10.791
Intangível		4	-
Total do ativo não circulante		14.881	11.452
Total do Ativo		126.935	47.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 28 de Fevereiro de 2013		67.480	(32.224)	35.256	-	35.256
Lucro líquido do exercício (12 meses)		-	2.373	2.373	-	2.373
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	-	44	44
Saldos em 28 de Fevereiro de 2014		67.480	(29.851)	37.629	44	37.673
Lucro líquido do exercício (10 meses)		-	18.774	18.774	-	18.774
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	-	(44)	(44)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	-	10.000	10.000
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		67.480	(11.077)	56.403	10.000	66.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. ("Companhia") foi constituída em 3 de setembro de 2009, tendo por objetivos principais: (i) exploração dos serviços de planejamento e a execução de projetos e obras de construção pesada, construção e engenharia civil, inclusive de terraplenagem, sob regime de empreitada, administração e outros; (ii) serviços públicos mediante concessão; (iii) serviços de transporte e de apoio aquaviário; (iv) serviço de operação portuária; (v) instalações técnicas de engenharia civil; (vi) montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; (vii) representação; (viii) importação e exportação; (ix) locação, compra e venda de equipamentos e transporte; (x) a exploração da indústria naval, visando elaboração de projetos, construção, reparos, manutenção e modernização de embarcações, incluindo plataformas marítimas para prospecção, produção e armazenamento de petróleo e gás; e (xi) demais atividades relacionadas aos objetivos mencionados anteriormente.

O exercício social da Companhia se encerrava no dia 28 de fevereiro. Em 30 de junho de 2014, a data de encerramento do exercício social foi alterada para 31 de dezembro de cada ano. Conseqüentemente, o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 contempla dez meses de operação. A alteração teve como objetivo manter a uniformidade com o exercício da Controladora.

Atualmente, os negócios da Companhia consistem basicamente em duas obras na área de infraestrutura: Terminal Rodoviário Urbano de Itaquera, através da participação no Consórcio Camargo Corrêa/Constran - Programa de Mobilidade Urbana, e o contrato de engenharia, suprimento e construção do Sistema Produtor São Lourenço, através da participação no Consórcio Construtor São Lourenço.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas foram as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) mantidos para negociação ou (b) empréstimos e recebíveis. Os títulos classificados como mantidos para negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os empréstimos e recebíveis estão mensurados pelo custo amortizado.

3.2. Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

3.3. Estoques

São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras em andamento, e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.4. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: veículos, equipamentos de informática e outros - 10% a 20%; móveis e utensílios - 10%. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas. Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados.

3.5. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados como "ativos financeiros por meio do resultado", demonstrados ao valor justo tendo qualquer ganho ou perda reconhecidos no resultado, e "empréstimos e recebíveis".

Os passivos financeiros são classificados como "Outros passivos financeiros", mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

3.6. Contratos de prestação de serviço de construção e contratos onerosos

A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável.

Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e passivo registrado na rubrica de "Fornecedores".

Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes".

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de identificar a necessidade de provisão para perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

3.8.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

3.8.2. Impostos diferidos

São reconhecidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais no final de cada exercício.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, prevista na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.9. Lucro líquido por ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média de ações em circulação durante cada exercício social das demonstrações financeiras.

3.10. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, custo orçado das obras e projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

3.11. Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e consequentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas de balanço patrimonial e da demonstração do resultado do Consórcio Construtor São Lourenço e Consórcio Camargo Corrêa/Constran - Programa de Mobilidade Urbana, na proporção do percentual de participação de 13% e 70%, respectivamente.

3.12. Novas e revisadas normas e interpretações (IFRS)

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimentos sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com cliente.	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de hedge.	(d)

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados as seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Novo interpretação - IFRIC 21	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa aos tributos.	(a)
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC.	(a)
Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "hedge"	Trazem a inserção da exigência de descontinuidade da contabilização de hedge quando um derivativo, designado como instrumento de hedge, é novado sob determinadas circunstâncias.	(a)
(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;		
(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015;		
(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;		
(d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.		

Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários		
31/12/2014	28/02/2014	31/12/2014	28/02/2014
Caixa e bancos	6.405	459	-
Operações compromissadas	351	-	-
Fundos exclusivos	67.010	18.066	26.592
Total	73.766	18.525	26.592

Em 31 de dezembro de 2014, as operações compromissadas e os fundos exclusivos, compostos substancialmente por aplicações em Fundos de Renda Fixa, Letras do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro, apresentam rentabilidade média entre 100% e 112,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição das contas a receber:

	31/12/2014	28/02/2014
Prestação de serviços nacional - partes relacionadas	5.461	10.044
Composição por vencimento das contas a receber no ativo circulante:		
Vencidos 1 a 30 dias	5.461	10.044

Em 31 de dezembro de 2014, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não há indícios de que os valores não serão realizados.

6. PARTES RELACIONADAS

	Ativo circulante	Passivo circulante		
	31/12/2014	28/02/2014	31/12/2014	28/02/2014
Reembolso de custos	195	3	-	-
Contas a pagar	-	-	881	1.604
Total	195	3	881	1.604

Serviços administrativos

As transações com partes relacionadas foram feitas com base em condições negociadas entre as partes. A Companhia possui também saldo de contas a receber de R\$4.260 e adiantamento de clientes de R\$46.294 com partes relacionadas referente ao contrato de prestação de serviço de construção da obra do Consórcio Construtor São Lourenço. Em 2014, foi contabilizada receita líquida de R\$19.121 decorrente desse consórcio.

Não houve remuneração aos administradores nos exercícios de 31/12/2014 e 28/02/2014.

7. BENS DESTINADOS À VENDA

Representam saldos de máquinas e equipamentos disponibilizados para alienação em 31 de dezembro de 2014. São classificados no ativo circulante pois reflete a melhor expectativa de venda por parte da Administração.

8. IMOBILIZADO

	31/12/2014	28/02/2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Custo residual	Custo residual
Máquinas e equipamentos	14.941	(11.816)	3.125	8.039
Veículos	10.394	(8.177)	2.217	2.723
Móveis e utensílios	53	(2)	51	-
Equipamentos de informática e outros	78	(23)	55	11
Imobilizado em andamento	4	-	4	-
Total	25.470	(20.018)	5.452	10.791

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	31/12/2014	28/02/2014
Saldo em 28 de fevereiro de 2013	-	-
Adições	149	11.067
Baixas	(10)	445
Depreciação	(711)	(10)
Saldo em 28 de fevereiro de 2014	10.791	844

Em 31 de dezembro de 2014, não houve provisão para "bens destinados à venda".

9. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a FINAME PSI (Programa Sustentação do Investimento), com vencimento final em 2018, com encargos de 7% a.a.

Os empréstimos e financiamentos classificados como "Finame" estão garantidos por alienações fiduciárias dos equipamentos.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social apresentado no resultado do exercício:

	31/12/2014	28/02/2014
	(10 meses)	(12 meses)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.803	2.410
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(4.693)	(820)

Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:

Ativos permanentes	(161)	(11)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.524	275
Constituição de imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores	8.177	-
Outros	124	519
Total	4.971	(37)

Despesa com imposto de renda e contribuição social - correntes

Receitas com imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.431)	(642)
b) O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentado no balanço patrimonial são compostos como segue:	8.402	605

Natureza ativa:

	31/12/2014	28/02/2014
Provisões para serviços de terceiros	869	1.031
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (*)	8.177	-
Diferença de vida útil do imobilizado	16	-
Total	9.062	1.031

Natureza passiva:

Lucros não realizados - órgãos públicos	55	394
Diferença de vida útil do imobilizado	-	32
Total	55	426

Saldo líquido do ativo não circulante

(*) A Administração possui expectativa de realização dos créditos tributários em prazo inferior a 5 anos, com base na expectativa de geração de lucros.

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que revogou o Regime Tributário de Transição - RTT e dispôs sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil quanto aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos dessa Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014. A Companhia não optou pela antecipação dos efeitos da Lei para o ano-calendário de 2014, devido à necessidade de adequação de lançamentos aos novos critérios estabelecidos pela referida Lei, os quais dependiam de publicação pela Receita Federal do Brasil de atos normativos e regulatórios sobre a matéria. No melhor entendimento da Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não são esperados impactos materiais quando da aplicação da referida Lei.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social de 31 de dezembro de 2014 e 28 de fevereiro de 2014 é de R\$67.480, representado por 10.679.627 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 30 de abril de 2013 foi aprovado pelos acionistas o adiantamento para futuro aumento de capital de R\$44.

Em 30 de maio de 2014 foi devolvido o adiantamento para futuro aumento de capital de R\$44.

Em 18 de dezembro de 2014, foi aprovado pelos acionistas o adiantamento para futuro aumento de capital de R\$10.000.

Lucro por ação

A seguir está demonstrada a conciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2014	28/02/2014
	(10 meses)	(12 meses)
Numerador	1	